
PREÂMBULO

Portugal, na atual conjuntura internacional, dispõe de um ambiente altamente favorável que tem sido aproveitado para melhorar um vasto conjunto de indicadores, quer de âmbito económico, quer de âmbito comportamental. Simultaneamente, apesar da escassa ousadia evidenciada, tem igualmente havido oportunidade de afastar diversas medidas altamente gravosas e penalizadoras, criadas na primeira metade da década, das condições de vida da generalidade do povo, especialmente daqueles que só dependem da sua própria força de trabalho.

Um dos desafios que se colocam ao executivo municipal é assim o de fazer chegar aos seus Municípios, os efeitos práticos de algumas das medidas nacionais que sustentam a projetada melhoria dos seus níveis de vida.

É o que já estamos a fazer e que vamos prosseguir, na exata medida das nossas possibilidades e competências, particularmente evidenciada nos vários projetos de investimento em curso, assinalando a dinâmica que Alcácer do Sal hoje tem na atração de empresas do setor agroalimentar e no turismo.

Um segundo desafio que julgamos que irá marcar o futuro próximo prende-se com uma prometida descentralização de âmbito administrativo e, porventura, político.

Este desafio, que impõe um profundo envolvimento da Autarquia, ao nível de todos os seus órgãos, passará, nesta primeira fase pela adoção de um conjunto de definições e limites aos quais importa dar o maior realce, na medida em que as decisões de amanhã irão nortear boa parte das atividades municipais dos próximos anos, eventualmente das próximas décadas.

No conjunto de áreas que estiverem em causa, não vai ser possível acomodar o menor dos riscos capaz de colocar em crise qualquer serviço público que suporte as áreas funcionais a descentralizar.

Daqui decorre que, a nível local, depois de definidas as áreas de intervenção, em articulação com as restantes autarquias do todo nacional, importa estabelecer as linhas vermelhas que, em nenhuma circunstância, poderão ser ultrapassadas, sob pena de transformar uma intenção, generosa nos seus objetivos, num fracasso quanto à sua exequibilidade, desde logo com uma desresponsabilização das funções sociais do Estado.

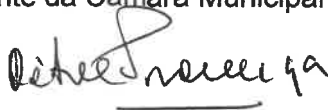
No processo em curso de transferência de competências para os Municípios, a questão central é a de saber quem está em melhores condições de garantir maior qualidade e melhores respostas aos cidadãos.

As Autarquias têm seguramente toda a disponibilidade para aceitar novos desafios, mas não podem correr o mínimo dos mínimos riscos: não é só uma questão do envelope financeiro associado a cada caso, por muito relevante – e é-o, sem dúvida – que seja. Trata-se igualmente de conferir aos poderes locais as indispensáveis condições de flexibilidade e de autonomia, de avançar por um “Simplex” nos meios e no relacionamento tutelar entre administrações locais e administração central, que permitam ganhar um desafio que, temos bem consciência do que nos espera, vai determinar os próximos anos e, se bem conseguida, mudar definitivamente a vivência das populações, designadamente fora dos principais centros urbanos do país.

Neste sentido a prestação de contas que a seguir se evidencia, de alguma maneira, mostra a posição do Município de Alcácer do Sal neste momento de arranque para novos desafios.

Alcácer do Sal, 29 de março de 2018

O Presidente da Câmara Municipal



Vítor Proença